



CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **08**.

Atração urbana

“Todas as sociedades tendem a um bem e, principalmente, ao bem supremo. O bem supremo, o que abrange todos os outros, é a chamada cidade”, escreveu Aristóteles (384 a.C. a 322 a.C.), monumento da filosofia grega. É humano, demasiado humano, o movimento de formar aldeias, vilas, cidades, metrópoles, megalópoles. Nos últimos cinquenta anos, o Brasil, um exemplo radical de urbanização, deixou de ser 44% rural para tornar-se 84% urbano (outro caso extraordinário é a China). Hoje, seis de cada dez brasileiros vivem em cidades grandes ou médias, aquelas com mais de 100 000 habitantes.

As ruas de Florença nos deram o Renascimento, e as de Birmingham, a Revolução industrial, já dizia Edward Glaeser, notável especialista em economia urbana. E as cidades propiciam as melhores oportunidades de quase tudo, do trabalho ao teatro, do lazer à gastronomia. Além disso, no sentido mais prático da vida, as cidades se destacam na oferta de serviços essenciais, como saúde, educação e segurança – ainda que, **no Brasil urbano, tudo isso esteja hoje em decadência**. A grande novidade das últimas décadas, porém, que funciona como ímã nas cidades, é o fenomenal avanço da tecnologia. Pela primeira vez na história da humanidade, há “cidades inteligentes”, que buscam fazer uso da profusão de dados e de sua análise para facilitar a vida dos habitantes.

As cidades, que sempre fascinaram o homem, serão cada vez mais o epicentro da experiência humana – só que estarão ainda mais fascinantes. As cidades do futuro – do futuro muitíssimo breve, vão dispor do carro autônomo, que será a estrela dos aplicativos de transporte. O Brasil, porém, terá um longo caminho a percorrer para extinguir mazelas do século passado que ainda povoam suas cidades, como a decadência dos centros históricos, as pichações, os moradores de rua, e a insegurança brutal – problemas presentes em quase todas as capitais do país. Mas as cidades, esse vulcão de vida, continuarão sendo o melhor resumo da experiência humana.

(M.S., *Veja*, 26.09.2018)

01. A referência às ruas de Florença e de Birmingham é usada pelo autor para destacar

- (A) aspectos que fazem das cidades referência do chamado “bem supremo” a que fazia menção Aristóteles.
- (B) características históricas das cidades, que se perderam com o passar dos séculos, graças aos avanços da civilização.
- (C) a nostalgia dos tempos em que as cidades eram lugares aprazíveis, mesmo não tendo as condições das atuais.
- (D) incertezas acerca das condições de vida nas cidades brasileiras, vitimadas pelo descaso do poder público.
- (E) o estado de bem-estar que é possível encontrar nas cidades antigas e que dificilmente se preservou na atualidade.

02. Segundo o texto, a experiência urbana no Brasil

- (A) carece de oferta de oportunidades de cultura, principalmente nas metrópoles.
- (B) representa o que há de melhor para a vida dos cidadãos – o bem supremo.
- (C) é marcada por condições ainda insatisfatórias, especialmente nas capitais.
- (D) venceu os obstáculos que impediam as grandes cidades de prosperar.
- (E) tem sido caracterizada por benfeitorias que tornam a vida fascinante.

03. No primeiro parágrafo, o adjetivo destacado no trecho – Nos últimos cinquenta anos, o Brasil, um exemplo **radical** de urbanização” – expressa, no contexto, a ideia de que nossa urbanização

- (A) contradiz os processos usuais, negando-lhes a importância.
- (B) destaca-se entre os processos incomuns, sobrepondo-se a eles.
- (C) redefine os processos usuais, adicionando-lhes novos elementos.
- (D) confronta os processos usuais, superando-os pela dificuldade.
- (E) distancia-se dos processos usuais, excedendo-os em dimensão.

04. A expressão “ainda que”, que introduz o trecho em destaque no segundo parágrafo, expressa, em relação ao que foi afirmado anteriormente, a ideia de

- (A) aditamento, de sentido positivo, e pode ser substituída por “ademais”.
- (B) comparação, de sentido negativo, e pode ser substituída por “tal qual”.
- (C) restrição, de sentido negativo, e pode ser substituída por “embora”.
- (D) conclusão, de sentido positivo, e pode ser substituída por “assim sendo”.
- (E) condição, de sentido negativo, e pode ser substituída por “contanto que”.

05. Assinale a alternativa em que a vírgula é empregada para sinalizar a omissão de um termo.

- (A) O bem supremo, o que abrange todos os outros, é a chamada cidade”, escreveu Aristóteles (384 a.C. a 322 a.C.), monumento da filosofia grega.
- (B) É humano, demasiado humano, o movimento de formar aldeias, vilas, cidades, metrópoles, megalópoles.
- (C) A grande novidade das últimas décadas, porém, que funciona como ímã nas cidades, é o fenomenal avanço da tecnologia.
- (D) As ruas de Florença nos deram o Renascimento, e as de Birmingham, a Revolução industrial, já dizia Edward Glaeser, notável especialista em economia urbana.
- (E) As cidades, que sempre fascinaram o homem, serão cada vez mais o epicentro da experiência humana – só que estarão ainda mais fascinantes.

06. Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de concordância e emprego do pronome relativo.

- (A) 85% dos brasileiros já optou pela vida nas cidades grandes ou médias, cujas são as preferidas das pessoas.
- (B) Para uma cidade ser inteligente, investe-se recursos em tecnologia, o qual garante melhores condições de vida.
- (C) Sempre vai existir problemas urbanos difíceis de resolver; tratam-se de questões que a maioria delas depende do poder público.
- (D) Mais de uma cidade do futuro disporá de aplicativos de transporte, cuja estrela será o carro autônomo.
- (E) Para facilitar a vida dos cidadãos, nos grandes centros urbanos, faz-se uso de tecnologia que lhes assegurem bem-estar.

07. A passagem caracterizada pelo emprego de palavra(s) em sentido figurado é:

- (A) “Todas as sociedades tendem a um bem e, principalmente, ao bem supremo. O bem supremo, o que abrange todos os outros, é a chamada cidade”, escreveu Aristóteles...
- (B) E as cidades propiciam as melhores oportunidades de quase tudo, do trabalho ao teatro, do lazer à gastronomia...
- (C) Hoje, seis de cada dez brasileiros vivem em cidades grandes ou médias, aquelas com mais de 100 000 habitantes.
- (D) ... a decadência dos centros históricos, as pichações, os moradores de rua, e a insegurança brutal – problemas presentes em quase todas as capitais do país.
- (E) As cidades, que sempre fascinaram o homem, serão cada vez mais o epicentro da experiência humana...

08. As palavras “profusão” e “decadência” têm antônimos adequados, respectivamente, em

- (A) singeleza e ocaso.
- (B) propensão e incremento.
- (C) escassez e ascensão.
- (D) prodigalidade e involução.
- (E) insignificância e caducidade.

Leia tira, para responder às questões de números 09 e 10.



(Bill Watterson, Calvin e Haroldo. Disponível em: <<https://www.google.com.br>>. Acesso em: 20.10.2018)

09. A informação implícita no texto da tira, da qual decorre o efeito de humor, é:

- (A) o tigre não vê resultados práticos na decisão do garoto, e adere às atitudes deste.
- (B) os pais do garoto não se animam a aumentar a prole em razão do comportamento dele.
- (C) as ações do garoto são parte de um plano para tornar o sábado um dia bem aproveitado.
- (D) o exemplo do garoto é de bom comportamento e conta com a aprovação dos pais.
- (E) o objetivo do garoto é usufruir a companhia do tigre e fazer o que bem entender.

10. Assinale a alternativa que reescreve livremente fala da tira, observando a norma-padrão de regência e emprego do sinal de crase.

- (A) Eu espero à semana inteira pelo sábado, porque esse dia eu me disponho à praticar ações prazerosas.
- (B) Sou afeiçoado à sábados porque acordo à hora que quiser e como àquilo que me apetece, sem obedecer ninguém.
- (C) À tarde dedico-me à atividades que não pertencem exatamente a lista das mais tranquilas.
- (D) O bom do sábado consiste em assistir à tevê e dedicar-me àquelas atividades que nem sempre meus pais aprovam.
- (E) Sábados são dias destinados à lazer e comilança; por isso é que eu lhes adoro!

LEGISLAÇÃO

11. O Senhor X, aprovado em concurso público, exerce o cargo de arquiteto em uma autarquia federal, desempenhando suas atribuições de segunda a sexta-feira das 8:00 às 17:00 horas. O Senhor X foi aprovado em novo concurso público para o cargo de professor da faculdade de arquitetura e urbanismo em uma universidade federal situada no mesmo Município onde trabalha e reside. Considerando as disposições constitucionais acerca da acumulação remunerada de cargos públicos, é correto afirmar que o Senhor X
- (A) poderá acumular a remuneração dos dois cargos públicos em qualquer hipótese, pois a vedação de acumulação não abrange autarquias.
 - (B) não poderá acumular a remuneração dos dois cargos, pois a Constituição admite apenas a acumulação de dois cargos de professor.
 - (C) poderá acumular a remuneração dos dois cargos públicos, pois a Constituição permite a acumulação de um cargo de caráter técnico e outro de professor, desde que a totalidade dos vencimentos respeite o teto constitucional.
 - (D) não poderá acumular a remuneração dos dois cargos públicos, pois a Constituição veda a acumulação de cargos.
 - (E) poderá acumular a remuneração dos dois cargos públicos se houver compatibilidade de horário, ainda que a soma das remunerações ultrapasse o teto constitucional.
12. Lei Municipal cria, no âmbito de um hospital municipal, diversos cargos em comissão para o desempenho das funções técnicas de médico e enfermeiro. A criação desses cargos, segundo a Constituição Federal de 1988, deve ser considerada
- (A) inconstitucional, por não possuírem caráter de assessoramento, chefia ou direção.
 - (B) constitucional, se houver relação de confiança entre o servidor nomeado e o seu superior hierárquico, qualquer que seja a atribuição dos cargos em comissão.
 - (C) inconstitucional, se não houver previsão de provimento dos cargos em comissão por meio de concurso público de provas e títulos.
 - (D) constitucional, se forem destinados, exclusivamente, a servidores ocupantes de cargo efetivo, independentemente das atribuições dos cargos em comissão.
 - (E) constitucional, se forem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, independentemente das atribuições dos cargos em comissão.
13. O Senhor X, servidor público estatutário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, exercendo suas atribuições no Campus de Uberaba, foi eleito para exercer o mandato de Vereador naquela mesma cidade. Assim sendo, o Senhor X, nos termos da Constituição Federal de 1988,
- (A) ficará afastado de seu cargo durante o exercício de seu mandato eletivo, suspendendo-se a contagem do seu tempo de serviço para fins de aposentadoria na Universidade.
 - (B) ficará afastado de seu cargo durante o exercício de seu mandato eletivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 - (C) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, se não houver compatibilidade, ser-lhe-á facultado optar pela sua remuneração.
 - (D) em nenhuma hipótese, ficará afastado de seu cargo na Universidade, cumulando a remuneração dos cargos eletivo e da Universidade.
 - (E) ficará afastado de seu cargo na Universidade, mas seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
14. A Universidade Federal do Triângulo Mineiro pretende contratar o senhor X para o cargo de professor do curso de física. O senhor X possui vinte e oito anos, é estrangeiro, físico nuclear e não vota no Brasil. Considerando as disposições constantes da Lei nº 8.112/90, o senhor X
- (A) não poderá ser investido no cargo de professor na universidade federal, pois os cargos públicos são exclusivos de brasileiros natos.
 - (B) não poderá ser investido no cargo de professor na universidade federal porque não está no gozo de seus direitos políticos.
 - (C) poderá ser investido no cargo de professor na universidade federal, desde que atendidas as normas e procedimentos da Lei.
 - (D) poderá ser investido no cargo de professor na universidade federal se estiver quite com as obrigações militares e eleitorais no Brasil.
 - (E) não poderá ser investido no cargo de professor na universidade federal, pois a lei somente permite a contratação de estrangeiros para exercerem cargos de cientista.

15. De acordo com a Lei nº 8.112/90, o retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante
- (A) readaptação.
 - (B) reversão.
 - (C) recondução.
 - (D) reintegração.
 - (E) aproveitamento.
16. Nos termos da Lei nº 8.112/90, as diárias
- (A) são devidas nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, para indenizar as despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana.
 - (B) são devidas a servidor que, a serviço, realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.
 - (C) destinam-se a compensar as despesas de instalação de servidor que, no interesse do serviço, passar a ter nova sede.
 - (D) são devidas, conforme dispuser o regulamento, ao servidor que, a serviço, afastar-se em caráter eventual ou transitório para o exterior para indenizar as despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.
 - (E) são devidas para ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por rede hoteleira, no prazo de um mês após comprovada a despesa pelo servidor.
17. Nos termos do Decreto nº 1.171/94, a Comissão de Ética pode aplicar ao servidor público a pena de
- (A) exoneração.
 - (B) suspensão.
 - (C) demissão a bem do serviço público.
 - (D) censura.
 - (E) multa.
18. Sobre as regras deontológicas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil, é correto afirmar que
- (A) a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada não poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
 - (B) deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
 - (C) a publicidade constitui requisito de eficácia e moralidade de todos e quaisquer atos administrativos e sua omissão enseja comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.
 - (D) o servidor pode omitir a verdade quando contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
 - (E) a moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescentada a ideia de que os fins justificam os meios. O equilíbrio entre a legalidade e a eficiência, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
19. De acordo com os conceitos veiculados pelo Plano de Carreira de Cargos técnicos-administrativos em Educação (Lei nº 11.091/05), pode-se afirmar que
- (A) ambiente organizacional é o conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.
 - (B) nível de capacitação é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor.
 - (C) nível de classificação é a posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso.
 - (D) padrão de vencimento é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor.
 - (E) plano de carreira é conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade.

20. Sobre o ingresso no cargo e formas de desenvolvimento, dispõe a Lei nº 11.091/05 que

- (A) o desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, preferencialmente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.
- (B) o servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em padrão de vencimento na mesma posição relativa a que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação.
- (C) a mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento poderá acarretar mudança de nível de classificação.
- (D) progressão por Capacitação Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 3 (três) anos de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.
- (E) a liberação do servidor para a realização de cursos de Mestrado e Doutorado independe do resultado da avaliação de desempenho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O Art. 8º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino, sendo que, de acordo com seu § 1º, caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e

- (A) atuando na elaboração e desenvolvimento da legislação educacional em todos os níveis de educação, pois os sistemas de ensino não possuem autonomia.
- (B) prestando assistência técnica e financeira somente aos estados e municípios com baixo índice de desenvolvimento humano – IDH.
- (C) fornecendo assistência técnica e financeira ao Distrito Federal, aos Estados e aos Municípios que têm institutos federais de ensino.
- (D) exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.
- (E) elaborando os Planos: Nacional, Estaduais e Municipais de Educação.

22. Severino, no texto “Ensino Superior Brasileiro: novas configurações e velhos desafios” (2008), observa que a Constituição de 1988 dedica poucos artigos ao ensino superior, entre os quais, o da autonomia didático-científica e o de gestão financeira e patrimonial. A LDBEN, Lei nº 9.394/96, por sua vez, trata do ensino superior nos artigos de nº 43 a 57. Severino aponta que, antes e depois da promulgação dessa Lei, vários dispositivos legais regulamentaram o ensino superior, evidenciando-se assim um claro processo de reforma universitária. Para ele, “esse fulminante ardor legislativo expressa bem, de um lado, a adesão explícita à via da _____, (...) e, de outro, a aceitação de que pode haver boa formação universitária sem produção de conhecimentos, sem pesquisa na área de ensino a que uma instituição se dedica”.

Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do texto.

- (A) privatização
- (B) estatização
- (C) padronização
- (D) pedagogização
- (E) internacionalização

- 23.** Em consonância com o Art. 208 da Constituição Federal 88 e com o Art. 4º da LDBEN nº 9.394/96, é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. De acordo com o Parecer CNE/CEB 17/2001, “O propósito exige ações práticas e viáveis, que tenham como fundamento uma política específica, em âmbito nacional, orientada para a inclusão dos serviços de educação especial na educação regular”. Angelina C. R. M. Matiskei (Educar, Curitiba nº 23, 2004) analisa que é justamente no bojo das contradições próprias a um contexto desigual e competitivo, que o Departamento de Educação Especial do Ministério da Educação “situa o seu compromisso em desenvolver e implementar políticas públicas, cujo propósito esteja assentado no respeito à diferença e na
- (A) capacitação de todos para incluí-los no mundo do trabalho.”
- (B) valorização de princípios humanitários.”
- (C) promoção dos direitos humanos.”
- (D) compaixão pelos semelhantes.”
- (E) estrita obediência à Lei Maior.”
- 24.** Angelina C. R. M. Matiskei (Educar, Curitiba nº 23, 2004) argumenta que “apesar das limitações e possibilidades que a conjuntura das políticas neoliberais presentes na sociedade imputam à escola, ela segue ocupando papel de destaque no contexto da inclusão social, cuja gestão deve estar comprometida com a formação do sujeito social, fortalecendo e construindo identidades locais.” A autora analisa que a escola, como instituição social imersa nesse contexto, é sempre lembrada como uma promotora da inclusão ou da diminuição da exclusão social, “pois tem seu cotidiano permeado pelas mesmas práticas, conflitos e teses presentes na sociedade em geral. É na escola que a gestão educacional
- (A) faz ecoar os seus princípios, é nela que se materializam as políticas e os programas governamentais.”
- (B) trava uma luta quixotesca contra os processos de exclusão que lhe são externos e maiores que ela.”
- (C) tenta em vão cumprir ordens das instâncias superiores, acabando por sentir-se incompetente.”
- (D) realiza verdadeiros ‘milagres’, a despeito da falta de recursos e de apoio das famílias.”
- (E) pode fazer toda diferença, se for ‘firme’ ao cobrar e competente ao orientar.”
- 25.** De acordo com Anastasiou e Pimenta (2010), o ensino superior no Brasil denota influência de modelos europeus como o jesuítico, o francês e o alemão até os dias atuais. Sob a influência deste último modelo, a universidade surge num processo de edificação nacional e pela pesquisa, busca unir entre si tanto professores quanto alunos. No período da ditadura militar, passaram a vigor as diretrizes da Lei nº 5.540/68 até a aprovação da Lei nº 9.394/96, vigente até nossos dias. Nota-se que em suas origens, a universidade buscou efetivar os princípios de formação, criação, reflexão e crítica tendo sua legitimidade derivada da autonomia do saber. Por sua vez, as autoras apontam o crescente divórcio entre as finalidades da universidade enquanto instituição social e as esperadas pelo Estado nacional de caráter neoliberal. Assim, no atual contexto brasileiro, a universidade vem perdendo sua característica secular de instituição social, tornando-se uma entidade administrativa. Segundo Anastasiou e Pimenta, com apoio em Chauí (1999), essa passagem deu-se por etapas nos anos 70, 80 e 90.
- Nessa terceira etapa, elas situam a universidade
- (A) funcional.
- (B) operacional.
- (C) dos resultados.
- (D) que fortalece o método jesuítico e estimula a curiosidade.
- (E) que aprende a olhar em seu entorno e leva a descoberta do novo.
- 26.** Conforme Saviani (2010), a LDBEN nº 9.394/96 trata, entre seus temas, das competências de instâncias do governo quanto à educação. Aponta o ensino fundamental como prioridade dos Municípios e o ensino médio, prioridade dos Estados. Para a União não consta a prioridade do ensino superior e nem sequer a responsabilidade dela em manter as universidades ou as instituições de nível superior. Segundo o autor, tal omissão sinalizaria uma possível política da União de se desfazer das universidades federais, ou ao menos não priorizar o ensino superior. Sguissard (2009), após exame cuidadoso, considera que, nos quatro a cinco anos do início deste século, há um processo de reformas (pontuais) da educação superior sob o comando mais geral do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (Mare) e mais específico do Ministério da Educação e dos Desportos (MEC). No âmbito do Mare, com base no modelo gerencialista do Plano Diretor da Reforma do Estado (1996) – o qual situa a educação superior, ciência e tecnologia e a saúde como serviços não exclusivos do Estado e competitivos e busca modernização e aumento de eficiência da administração pública –, encontra-se o projeto de transformação das IES federais em
- (A) Centros universitários.
- (B) Organizações sociais.
- (C) Faculdades integradas.
- (D) Institutos sociopolíticos.
- (E) Centros de educação superior.

27. Lia está se preparando para o concurso de Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Analisando o tema da Organização, Legislação e Normas da Educação Superior no Brasil, a candidata selecionou dois dos Artigos relativos a esse nível da educação, na Lei Federal nº 9.394/96. De acordo com o Art. nº 44, tal educação abrangerá: cursos sequenciais; cursos de graduação; de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; além dos cursos de extensão. Por sua vez, como dispõe o Art. nº 45 da lei citada, a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas e privadas, com vários graus de abrangência ou especialização. Examinando a seguir o Art. 14 do Decreto nº 9.235/2017, Lia verificou que as IFES criadas por lei
- (A) são dispensadas da edição de ato autorizativo prévio pelo Ministério da Educação para funcionamento e oferta de cursos, nos termos de sua lei de criação e da legislação.
 - (B) dependem, para funcionamento, de ato autorizativo prévio do Ministério da Educação, como todas as demais IES, nos termos do Decreto acima citado.
 - (C) independem de ato autorizativo do Ministério da Educação para iniciar seu funcionamento, mas dependem dele para sua oferta de cursos.
 - (D) devem protocolar o primeiro pedido de credenciamento no prazo de quatro anos, contados da data de início da oferta do primeiro curso de graduação.
 - (E) precisam sempre de ato autorizativo prévio do Ministério da Educação para estabelecer e aprovar a organização acadêmica de sua instituição.
28. A Lei nº 13.005/2014 aprova o Plano Nacional de Educação PNE e contém como Anexo metas e estratégias a serem cumpridas na vigência desse Plano. A meta 13 busca elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente, em efetivo exercício no conjunto do sistema de ensino superior. A estratégia 13.4 dessa meta se propõe a promover a melhoria dos cursos de pedagogia e licenciatura por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior CONAES,
- (A) de modo a poder dispensar, da formação continuada, os graduandos que atinjam o índice de 70% do desempenho esperado pelo instrumento aprovado pela CONAES e validado pela CAPES.
 - (B) integrando-os às demandas das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição de qualificações necessárias para conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos.
 - (C) considerando-se que a educação básica, isoladamente, está despreparada para avaliar seu pessoal docente, com exceção daquele que atua no ensino médio.
 - (D) atendendo-se com prioridade às demandas dos docentes de ensino fundamental que precisam melhorar seu desempenho, no prazo de três anos.
 - (E) acrescentando-se a validação pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES.
29. Pedro, candidato ao concurso público de Técnico em Assuntos Educacionais da UFTM, procurando saber o que constar do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, leu o Decreto Federal nº 9.235/2017, em cujo Art. 21 encontrou que, observada a organização acadêmica da instituição, o PDI deve conter dados de sua estrutura e organização administrativa e pedagógica, de seu corpo docente, de suas normas de funcionamento, de sua missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação, documentando, sempre que for o caso,
- (A) o cronograma anual dos eventos cuja realização envolve a comunidade externa.
 - (B) as demandas regionais e locais para novos cursos ou modalidades de educação superior pública.
 - (C) o destino profissional das turmas de concluintes dos últimos dez anos, com depoimentos deles e dados de realizações, organizados por curso.
 - (D) a programação: de abertura de cursos e/ou modalidades, de novo *campus* ou de polos fora da sede, de aumento de vagas, de ampliação das instalações físicas.
 - (E) propostas de parceria público-privada para estágios remunerados de graduandos concluintes de cursos da área tecnológica junto a empresas regionais e locais.

30. O “Guia para Elaboração e Atualização de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFTM” – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, de fevereiro de 2018, foi precedido das versões de 2013 e de 2011. Em relação a elas, o Guia de 2018 inclui, em seu título, o termo atualização, e, no item apresentação, esclarece que suas orientações são necessárias porque todos os projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFTM devem ser elaborados e atualizados em conformidade com o Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI, e com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI. Ou seja, para atenderem a legislação educacional vigente e o Instrumento de Avaliação do Sistema Nacional da Educação Superior – Sinaes, esses projetos pedagógicos de curso devem estar em consonância com
- (A) as concepções filosóficas, pedagógicas e teórico-metodológicas da UFTM.
 - (B) os avanços tecnológicos que afetam a profissão relativa a cada graduação.
 - (C) os projetos governamentais federais para a área de graduação em questão.
 - (D) as demandas sociais regionais para o profissional que cada curso forma.
 - (E) as correções necessárias, em virtude de críticas levadas à Ouvidoria.
31. De acordo com a fundamentação e as argumentações que constam do “Guia para Elaboração e Atualização de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFTM”, de 2018, o Projeto Pedagógico de cada Curso de Graduação é sua “coluna vertebral”, um instrumento político que norteia as práticas do curso e que leva em conta sua trajetória histórica e sua missão, tendo como objetivo fundamental concretizar um ensino de qualidade, com mais autonomia pedagógica para atender as demandas de cada curso e comprometer seus atores. Nesse sentido, atendendo à Constituição Federal /88 (Arts. 206, III, e 207 *caput*) e à LDBEN 9.394/96 (Arts. 12 e 13), bem como ao Art. 7º, Inciso V do Estatuto da UFTM, o referido Guia orienta que a elaboração e atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)
- (A) cabem aos professores e aos alunos, concluintes e representantes dos ex-alunos, sob orientação do coordenador do curso.
 - (B) competem ao Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso, e devem considerar os dados do ENADE respectivo.
 - (C) competem, precipuamente, aos Coordenadores de Curso, após consultar sugestões de seus docentes titulares.
 - (D) são responsabilidade conjunta das comissões de professores e de alunos concluintes eleitas pelos pares.
 - (E) cabem ao Colegiado e ao Núcleo Docente Estruturante – NDE de cada curso, de forma participativa.
32. No “Guia para Elaboração e Atualização de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFTM”, 2018, pondera-se que o PPC “precisa representar o coletivo que o elaborou, seus princípios e valores” e, destaca-se que “como bem afirma Freire (1996), diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz é fundamental para garantir a coerência do trabalho desenvolvido”. Nesse sentido, Antônia C. Bussmann, *in* Veiga (1995), afirma que esse projeto “precisa ser obra comum dos envolvidos” e adverte que “elaborado o projeto pedagógico, sua existência não encerra o processo nem acarreta resultado final. Ao contrário, sempre faz reiniciar a discussão no meio-termo entre ‘envolvimento e criatividade crítica’, ‘avaliação e aperfeiçoamento’”. Assim, essa implementação do projeto, de acordo com a autora, “ao envolver de forma criativa e prazerosa os vários segmentos da comunidade escolar, com suas respectivas competências, num processo coletivo”, constitui-se, “em razão da necessidade e das expectativas pela melhoria da qualidade dos serviços educacionais e dos resultados desses serviços”, em
- (A) um “tiro no escuro”.
 - (B) um grande desafio.
 - (C) uma obra temerária.
 - (D) um sucesso garantido.
 - (E) uma ferrenha competição.
33. Entre os sete incisos do Art. 43 da LDBEN nº 9.394/96, os quais indicam a finalidade da Educação Superior, consta o “III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e divulgação da cultura, e, desse modo,
- (A) combater o atraso cultural e a forte desigualdade social;”
 - (B) elevar o nome do Brasil no contexto acadêmico internacional;”
 - (C) desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;”
 - (D) formar pesquisadores de todas as áreas de atividade: industrial, comercial e agrícola.”
 - (E) preparar profissionais altamente qualificados para promover o desenvolvimento econômico do país;”

34. A sociedade brasileira, desde os anos 90, vem acentuando sua inserção no contexto de globalização da economia capitalista e das comunicações sociais, organicamente vinculado à ideologia neoliberal e ao avanço da tecnologia. Esse processo cria demandas tanto à Educação Básica quanto à Superior, ensejando políticas públicas e ações governamentais que buscam atendê-las. Na Educação Superior, como exemplo desse quadro, temos o Decreto Federal 9.235/2017 que, no Parágrafo Único de seu Art. 93, estabelece: “o regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de quarenta horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele reservado o tempo de, **pelo menos, vinte horas semanais para estudos, pesquisa, extensão, planejamento, gestão e avaliação.**” No Art. 92 do mesmo Decreto, lê-se que: “o Ministério da Educação poderá instituir processo simplificado com vistas à **expansão da oferta de cursos** de formação de profissionais do magistério para a educação básica, de **cursos superiores de tecnologia** e de **cursos em áreas estratégicas** relacionadas aos processos de **inovação tecnológica** e
- (A) ao combate às migrações internas, por meio da geração de emprego nas regiões menos desenvolvidas do país.”
- (B) à prevenção de doenças, focando a atenção básica na área da saúde e as imunizações.”
- (C) ao saneamento básico, com especial atenção ao equilíbrio do meio ambiente.”
- (D) à elevação de produtividade e competitividade da economia do País.”
- (E) à automação na agricultura para exportação.”
35. A Política Nacional de Extensão é pactuada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), tendo como referencial o Plano Nacional de Extensão de 1999, que estabelece o conceito de Extensão Universitária e as diretrizes para realizá-la, as quais devem estar presentes em todas as ações dessa natureza e que podem ser, didaticamente, expressadas em quatro eixos, a saber: impacto e transformação; indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; interação dialógica e
- (A) organização pluricurricular.
- (B) transdisciplinaridade.
- (C) interdisciplinaridade.
- (D) modelo curricular.
- (E) disciplinaridade.
36. Em atendimento ao Art 9º, incisos VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394/1996, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, pela Lei nº 10.861/2004. Esse Sistema, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e do desempenho de estudantes, deverá assegurar: I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos; II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos; IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.
- Os resultados dessa avaliação têm por finalidade legal
- (A) permitir aos egressos do ensino superior brasileiro concorrer a vagas de pós-graduação, em instituições da Espanha e de Portugal.
- (B) constituir referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior.
- (C) possibilitar a tomada de decisão sobre a priorização de instituições para receber recursos financeiros.
- (D) servir de base para classificar todas as instituições que oferecem ensino superior no país.
- (E) permitir comparar as instituições de ensino superior do Brasil com as de outros países.
37. Baggi e Lopes (2011), ao pesquisarem a evasão dos estudantes no ensino superior, destacam sua complexidade, caracterizada pela diversidade de fatores que a afetam. As autoras, aludindo a conclusões do VI Fórum de Pro-Reitores de Graduação de 1995, em Serra Negra, chamam a atenção para o fato de “a evasão e a retenção não poderem dissociar-se do processo mais amplo da avaliação institucional, sob o risco de os indicadores parciais não contemplarem as causas mais significativas dos cursos de graduação, como as questões internas da instituição.” Baggi e Lopes analisam que a avaliação institucional, “por participar ativamente da vida da instituição, é detentora de uma visão privilegiada da universidade e pode contribuir, sobremaneira, com os processos acadêmicos e administrativos, sendo um importante
- (A) indicador para remanejar docentes que não conseguem boa relação com os alunos em sala de aula para atividades outras”.
- (B) fator de predição de critérios para o ingresso, na universidade, de estudantes com baixa probabilidade de evasão”.
- (C) justificador da provisão de serviços de creche para alunas que dão à luz durante a graduação”.
- (D) informativo para selecionar os graduandos que devem receber auxílio financeiro para não se evadir”.
- (E) instrumento de correção de metas e objetivos”.

38. O Art. 80 da LDBEN, Lei nº 9.394/96, dispõe que “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Com a finalidade de regulamentar esse artigo, o Presidente Michel Temer assinou o Decreto nº 9.057/2017, segundo o qual (Art. 13)
- “Os processos de credenciamento e reconhecimentos institucionais, de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade a distância serão submetidos à avaliação *in loco* na sede da instituição de ensino, com o objetivo de verificar a existência e a adequação de metodologia, de infraestrutura física, tecnológica e de pessoal que possibilitem a realização das atividades previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional e
- (A) nos projetos de extensão”.
 - (B) no Projeto Pedagógico de Curso”.
 - (C) nos planos de ensino das disciplinas”.
 - (D) no Regimento aprovado pelo órgão superior da IES”.
 - (E) no Desenho curricular do curso autorizado pelo MEC”.
39. A LDBEN, Lei nº 9.394/96, em seu Art. 46 e parágrafos, dispõe que “A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação”. Segundo seu § 1º, “Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento”. Por sua vez, o § 2º dispõe que, em se tratando de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências. Quanto às instituições privadas (§ 3º), além das sanções previstas no § 1º, o processo de reavaliação poderá resultar em redução de vagas autorizadas e em
- (A) suspensão temporária de novos ingressos e de oferta de cursos.
 - (B) declaração de inidoneidade até que seja resolvido o motivo da sanção.
 - (C) multa simples ou diária de até 2% do faturamento da instituição de ensino.
 - (D) advertência de leve a severa, dependendo da natureza da conduta infratora.
 - (E) ruptura da relação contratual, estabelecida entre a administração pública e a instituição de ensino.
40. Em 15 de dezembro de 2017, o Presidente Michel Temer, no uso de suas atribuições, assinou o Decreto nº 9.235, dispondo sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. De acordo com o referido Decreto, a qual órgão compete conceber, planejar, coordenar e operacionalizar o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade?
- (A) Ao Conselho Nacional de Educação (CNE).
 - (B) Ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
 - (C) À Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).
 - (D) Ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
 - (E) À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
41. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) foi criado pela Lei nº 10.861, de 2004, e é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Quanto ao terceiro componente, o Art. 5º da referida Lei dispõe que a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), o qual será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.
- Assinale a alternativa que apresenta a periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação, conforme dispõe o § 3º do Art. 5º da citada Lei.
- (A) Anual.
 - (B) Bial.
 - (C) Trienal.
 - (D) Quadrienal.
 - (E) Quinquenal

42. O Guia para Elaboração e Atualização de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFTM (2018) é um documento que se propõe a orientar os cursos de graduação da UFTM. Com esse intuito, no tópico *Acompanhamento e Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem* (2.2.7.3), dispõe: “No que concerne ao acompanhamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem, deverá existir coerência entre o sistema de avaliação, as concepções filosóficas e metodológicas do curso e o PPI [Projeto Pedagógico Institucional]”. Assim sendo, segundo o referido Guia, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem deve ser compreendida como

- (A) um veredito do docente sobre aprovar ou reprovar o aluno mediante resultados dos exames finais.
- (B) uma coleta dos dados que exprimem as mudanças de comportamento do aluno.
- (C) um instrumento para a classificação e regulação do desempenho do aluno.
- (D) uma reflexão crítica sobre a prática no processo ensino-aprendizagem.
- (E) uma atividade não neutra, mas absolutamente técnica.

43. Mariane, estudando para o concurso de Técnico em Assuntos Educacionais, promovido pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, constatou que o Capítulo IV da Lei nº 9.394/96 contempla, de um modo particular, a avaliação da aprendizagem na Educação Superior. Assim, lê-se no Art. 47, § 2º: “Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas

- (A) da Reitoria”.
- (B) da Diretoria”.
- (C) dos sistemas de ensino”.
- (D) do Conselho Universitário”.
- (E) do regimento interno da instituição”.

44. O Sistema de Seleção Unificada – Sisu, sistema informatizado gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, instituído pela Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010, passou a ser regido pela Portaria Normativa nº 21/12, a qual dispõe que, no Sisu, por meio de processo autônomo, “são selecionados estudantes, com base, exclusivamente, nos resultados obtidos por eles no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, para vagas em cursos de graduação, disponibilizadas

- (A) pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participarem, por meio de assinatura de Termo de Adesão.
- (B) por instituições participantes, públicas e particulares, prioritariamente, em cursos na modalidade de ensino a distância.
- (C) por instituições públicas e particulares de ensino superior em cursos de licenciatura, que a ele aderirem.
- (D) por instituições públicas federais e municipais que ofereçam cursos tecnológicos.
- (E) pelas instituições públicas e comunitárias que, automaticamente, participarão do Sisu.

Leio o texto a seguir para responder às questões de números 45 e 46.

Foi em Brasília, no dia 26 de outubro de 2011, que os dirigentes das Universidades e demais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), por meio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), celebraram um convênio que “(...) tem por objetivo regular a relação de reciprocidade entre signatárias [as Universidades e demais Instituições Federais de Ensino Superior] no que se refere à mobilidade de discentes de graduação, criando, para tanto, o doravante denominado Programa ANDIFES, a fim de fomentar a mútua cooperação técnico-científica entre as IFES”.

45. Na Cláusula Primeira – Do objeto, Parágrafo Único, consta que Mobilidade Acadêmica deve ser entendida como a possibilidade efetiva do discente de graduação

- (A) trocar de curso.
- (B) fazer intercâmbio.
- (C) desenvolver pesquisas.
- (D) formar-se em dois ou mais cursos de graduação.
- (E) cursar componentes curriculares em outras unidades.

46. Na Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro, dispõe-se: “Para que o discente se candidate ao programa, deve ter concluído pelo menos _____ por cento da carga horária de integralização do curso de origem e ter no máximo duas reprovações acumuladas nos dois períodos letivos que antecedem o pedido de mobilidade.”
- Assinale a alternativa que completa, corretamente, a lacuna.
- (A) dez
(B) vinte
(C) trinta
(D) quarenta
(E) cinquenta
47. No livro *Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa*, Paulo Freire aborda a “questão da formação docente ao lado da reflexão sobre a prática educativo-progressiva em favor da autonomia do ser dos educandos”. Nessa obra, Freire (1996) analisa as diferentes exigências do ensinar e, dentre elas, afirma que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”. Para tal, o autor argumenta que a escola deve
- (A) fazer com que os alunos compreendam que somente os conhecimentos formais são merecedores de crédito.
(B) limitar-se a transferir os conteúdos aos alunos, uma vez que ela não é partido político para discutir a realidade em que vivem.
(C) estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos.
(D) modelar o comportamento dos alunos pela apresentação de materiais em cuidadosa sequência.
(E) adotar processos e estratégias neutros e eficazes para a aprendizagem dos alunos.
48. Anastasiou e Pimenta (2010) relatam que a introdução da Didática no Brasil “ocorreu como uma das disciplinas nos cursos de formação de professores. Essa disciplina, em suas origens, foi identificada com uma perspectiva normativa e prescritiva de métodos e técnicas de ensinar, que permanece arraigada no imaginário dos professores ainda hoje”.
- Na mesma obra, as autoras comentam que esse entendimento da Didática está ultrapassado, pois os avanços da Psicologia Cognitiva e os avanços no campo da Didática, de um lado, aliados à própria formação dos professores de outro, permitiram a superação do falso dilema entre ensinar e aprender. Não há momentos estanques ou fragmentados. Aprende-se o tempo todo. “A esse processo compartilhado de trabalhar os conhecimentos, no qual concorrem conteúdo, forma de ensinar e resultados mutuamente dependentes”, Anastasiou e Pimenta denominam processo
- (A) dialético.
(B) educativo.
(C) pedagógico.
(D) de ensinagem.
(E) de aprendizagem.
49. Historicamente as tecnologias da informação e comunicação (TIC) foram utilizadas nas escolas, de início, para melhorar o controle e a gestão técnica, informatizando as atividades administrativas. Posteriormente, as TIC foram gradualmente introduzidas no ensino e na aprendizagem, como atividades adicionais às de sala de aula. Hoje em dia, seu uso tornou-se imprescindível no espaço escolar. Segundo a UNESCO (1998), a introdução das novas tecnologias da informação e da comunicação nos sistemas educativos constitui “um desafio decisivo e é importante que a escola e a universidade se coloquem no centro desta profunda transformação que afeta o conjunto da sociedade. Não há dúvida de que a capacidade individual de ter acesso e de tratar a informação vai ser um fator determinante para a integração da pessoa, não só no mundo do trabalho mas também no seu ambiente social e cultural.” É igualmente indispensável que os sistemas educativos ensinem a todos os alunos o domínio e a mestria dessas técnicas, a fim de
- (A) “instrumentalizar os alunos para as relações competitivas”.
(B) “preparar as novas gerações para o mundo globalizado”.
(C) “não cometer injustiça contra os alunos mais lentos”.
(D) “qualificar as novas gerações enquanto mão de obra”.
(E) “não aprofundar ainda mais as desigualdades sociais”.
50. “A Plataforma Lattes representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações”. Nesse espaço virtual, consta que as instituições de ensino podem acessar diferentes serviços da Plataforma Lattes, dentre eles o Espelhamento e a Extração de Currículos (CV), de Grupos de pesquisa e Instituições de ensino. Consta, também, no site em questão, que “A extração de dados de CV e Grupos de Pesquisa está disponível a todas as instituições de ensino e pesquisa e inovação do País, que desejam obter os dados dos grupos de pesquisa, professores, pesquisadores e alunos registrados na Plataforma Lattes”, esclarecendo que “As instituições interessadas devem encaminhar ofício à Presidência do CNPq, devidamente assinado pelo seu Dirigente máximo, contendo a exposição de motivos e
- (A) a planilha de utilização institucional dos dados a serem extraídos da Plataforma”.
(B) o compromisso de relatório circunstanciado de utilização dos dados”.
(C) a declaração de sigilo absoluto em relação às informações extraídas”.
(D) a afirmação de compromisso em publicar os dados obtidos”.
(E) a destinação a ser dada aos dados a serem extraídos”.

